



RESISTÊNCIA

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES
NA INDÚSTRIA PETROQUÍMICA DO ESTADO DO PARANÁ
RUA SENADOR ACCIOLY FILHO, 851 – CIC – 81.310 - 000 – CURITIBA – PR
FONE/FAX: (41) 3327-3458 E-mail: sindiquimica.pr@gmail.com
Site: www.sindiquimicapr.com.br Twitter: @SindiquimicaPR

FILIADO À



Curitiba, 06/ 12 / 2017

Boletim 1217

FALTA DE DIALOGO

O que se ouviu hoje na empresa?

Mais um furo na caldeira CBC.

Mas existe uma ação para resolver o problema na caldeira?

O que os gerentes de produção estão fazendo para resolver?

Nada, eles estão ocupados, atrás dos empregados para ver se estão usando a camisa por dentro da calça. E o que está fazendo a gerente geral de produção?

Ela está ocupada mudando as pessoas de grupo, incomodando a vida de mais alguns?

E a engenharia? ninguém sabe ninguém viu, se escondem, eles vêm com um monte de teorias: corrosão disto, daquilo, erro de projeto, blablabá. Agora já se fala que está até nas mãos da engenharia da Petrobrás. Talvez agora resolva.

E onde fica o trabalhador em tudo isto, cada vez mais a incerteza do futuro da empresa que trabalha, num momento de tensão, fica nas mãos de gerentes incompetentes, que não dão nenhuma resposta clara, e ficam ocupando seu tempo ocioso, estressando e pressionando os trabalhadores, parece que há algum problema psicológico com estas pessoas, que estão tratando coisa séria como brincadeira. (como no filme de Chaplin, "O DITADOR" brincando com o globo terrestre). E qual a posição do gerente industrial? por que ele não conversa com os trabalhadores? porque não há este dialogo? Ele como o responsável maior da empresa deveria ter este diálogo com os trabalhadores, já que a gerencia não tem competência e nem equilíbrio emocional para dialogar com os eles. O que a maioria dos trabalhadores vem percebendo, é que se criou uma casta de incompetentes intocáveis dentro desta empresa, um grupo de pessoas acima do bem e do mal, que cometem erros e são protegidos e até recompensados pela gerencia, importante não é o conhecimento ou o esforço que você faz para ter o conhecimento, na hora da avaliação que vale é se você vem dormir na fábrica, e quem pago pelos erros destes puxa-sacos são os trabalhadores.

Existem muitas perguntas sem respostas, existem muitas respostas que não convencem ninguém, e existe muita sujeira embaixo deste tapete. Esperamos daqueles que se dizem gestores, ajam como tal, expliquem aos trabalhadores o que está acontecendo e tratem os trabalhadores com respeito que eles merecem.



A reforma da Previdência é mais grave do que parece

Uma das primeiras medidas de Michel Temer ao assumir a Presidência da República, em maio de 2016, foi **retirar do Ministério do Trabalho a Previdência Social** e transformá-la em uma secretaria subordinada ao Ministério da Fazenda. O então governo interino deixava clara a sua concepção das aposentadorias: um problema financeiro, antes de tudo.

Em 6 de dezembro, o governo apresentou ao Congresso, sem nenhuma consulta à sociedade, a PEC 287, maior e mais radical conjunto de mudanças na Previdência Social desde a promulgação da Constituição, em 1988. Apesar da falta de diálogo, entidades sindicais e movimentos sociais têm se organizado para debater o assunto e alertar a população para os efeitos das medidas em debate no Legislativo. Na sexta-feira 27, foi a vez da Federação Nacional das Associações do Pessoal da Caixa Econômica Federal (Fenae) e da Associação Nacional dos Participantes dos Fundos de Pensão (Anapar). As duas entidades uniram-se para promover, em Brasília, um seminário bastante esclarecedor sob o título "Em defesa do direito à aposentadoria para todos". A cobertura do evento ficou a cargo de *CartaCapital*. Segundo Jair Pedro Ferreira, presidente da Fenae, o debate é importante "não só para a nossa geração, mas para as vindouras, para os nossos filhos e netos". Para Antônio Bráulio de Carvalho, presidente da Anapar, os trabalhadores não têm noção das mudanças e como vão afetar a vida de todos. E diz por qual motivo os trabalhadores começam a reagir: **"A gente não aceita a supressão dos nossos direitos"**. As entidades mobilizam-se a partir do princípio de que o "déficit" no caixa da Previdência resulta dos **benefícios, renúncias e desonerações fiscais que o governo concede às grandes empresas**. Mais 60 bilhões de reais que teriam de ser recolhidos por meio das contribuições previdenciárias aos cofres públicos desaparecem em razão dessas políticas de incentivo ao setor privado. Além disso, o governo não calcula como receita previdenciária a arrecadação gerada pela Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (Cofins), PIS-Pasep e loterias, embora o sistema de seguridade preveja a contabilização dos impostos. No debate que abriu o evento em Brasília, Denise Lobato Gentil, professora de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, dissecou as mudanças propostas pelo governo e suas consequências para os cidadãos. "Os brasileiros não têm ideia da gravidade dessa reforma", resumiu. As reformas previstas pela PEC 287, afirma Denise Lobato, dificultam o acesso aos benefícios, exigem mais tempo de contribuição e **reduzem drasticamente** os valores a serem recebidos por meio de **aposentadorias e pensões**. Pelas regras ainda em vigor, a aposentadoria pode ser feita apenas pelo tempo de contribuição: 30 anos para mulheres e 35 para homens. Se for por idade, exigem-se 60 anos para mulheres e 65 para homens, com no mínimo 15 anos de contribuição. Além disso, existem diferenças para algumas categorias, como é o caso dos trabalhadores rurais e dos professores e professoras da educação básica, para os quais, na aposentadoria por idade, a exigência é reduzida em cinco anos: a mulher deve ter 55 anos e o homem, 60. Pela PEC 287, explica a professora, acaba a aposentadoria por tempo de contribuição. Exige-se a idade mínima de 65 anos e um mínimo de 25 anos de contribuição de todos os trabalhadores, sem distinção para mulheres, servidores públicos, trabalhadores rurais ou professores da educação fundamental. O que significa que essas últimas categorias deverão trabalhar dez anos a mais e contribuir também por mais uma década. Outro ponto: **os 65 anos não são fixos**. A partir da aprovação da reforma, sempre que a expectativa de vida subir um ano, sobe igualmente a idade mínima para a aposentadoria. Caso cumpra todas as exigências, o aposentado terá direito a apenas **76% do valor integral da aposentadoria**. Cada ano a mais trabalhado dá direito a 1% de aumento no valor. Para chegar aos 100%, o trabalhador deverá **trabalhar 24 anos a mais**. Obter uma **aposentadoria integral aos 65 anos** tornou-se **impossível**, esclarece Denise Lobato. O cidadão só conseguiria se começasse a trabalhar aos 16 anos (idade mínima permitida) e mantivesse de forma ininterrupta um emprego formal pelos 49 anos seguintes, sem deixar de contribuir um único mês. Situação impossível num País afetado, volta e meia, por crises econômicas que aumentam as taxas de desemprego ou deixam como única alternativa empregos precários sem carteira assinada.

Mais: o novo sistema desestimula o aprimoramento profissional, pois torna mais difícil para um trabalhador cumprir um período sabático de estudos. Com a nova regra, os aposentados jamais receberão pelo teto ou próximo do teto.